



www.teconconcursos.com.br/questoes/1765979

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Registro e Redação/2012

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

801) No que concerne à votação de matérias, aos projetos de código e ao comparecimento de ministro de Estado às comissões parlamentares, julgue o item a seguir com base no disposto no RI/CD.

Projeto de código aprovado pela Câmara dos Deputados deverá ser encaminhado ao Senado Federal no prazo de até cinco sessões, acompanhado da publicação de todos os pareceres que instruíram sua tramitação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2513480

CEBRASPE (CESPE) - Proc (ALES)/ALES/2011

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

802) Acerca dos dispositivos regimentais da Câmara dos Deputados relativos ao processo penal e à prisão em flagrante de deputados federais, na forma do regime constitucional em vigor, assinale a opção **correta**.

- a) Recebida a denúncia contra deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, o STF dará ciência à Câmara dos Deputados, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal.
 - b) Durante recesso na Casa, as atribuições conferidas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e ao plenário serão exercidas cumulativamente pela Comissão Representativa do Congresso Nacional, não sendo possível que essas atribuições sejam exercidas pela Mesa, mesmo que *ad referendum* do plenário.
 - c) Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania decidir sobre o relaxamento de prisão de deputado federal preso em flagrante pela prática de crime inafiançável.
 - d) No caso de pedido de licença para processar criminalmente deputado federal, não há previsão de que o deputado, ou seu representante, possa manifestar-se sobre o pedido antes da expedição do parecer da comissão competente.
 - e) Somente por meio do voto secreto da maioria absoluta dos membros da Casa poderá ser autorizada a formação de culpa de deputado federal por crime ocorrido antes da diplomação.
-

www.teconconcursos.com.br/questoes/425949

FCC - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Técnico em Comunicação Social/Jornalismo/2007

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

803) Embora admitida a tramitação de vários projetos de Código, o Regimento Interno estabelece que não se fará a tramitação simultânea de mais de

- a) dois projetos.
 - b) cinco projetos.
 - c) três projetos.
 - d) dez projetos.
 - e) seis projetos
-

www.teconconcursos.com.br/questoes/76181

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Técnico em Comunicação Social/Jornalismo/2003

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

804) Considerando que foi apresentado à Mesa da Câmara projeto de um novo código de processo penal, julgue o item a seguir.

O projeto somente deverá ser aceito pela Mesa se for subscrito por ao menos trinta por cento dos deputados, ou por líderes que representem ao menos trinta por cento dos membros da Casa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/76182

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Técnico em Comunicação Social/Jornalismo/2003

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

805) Considerando que foi apresentado à Mesa da Câmara projeto de um novo código de processo penal, julgue o item a seguir.

Se, na data da apresentação do referido projeto à Mesa da Câmara, já estivesse em tramitação na Casa um projeto de código de processo civil, o referido projeto de código de processo penal deveria ser recebido, mas teria sua tramitação suspensa, pois é regimentalmente proibida a tramitação simultânea de projetos de código.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área I/2002

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

806) Texto X

O projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil seguiu para o Senado Federal, tendo em vista que o recurso apresentado para sua apreciação pelo Plenário foi arquivado pela Mesa Diretora. Dos 106 deputados que haviam assinado o recurso, 64 retiraram suas assinaturas do documento.

Jornal da Câmara dos Deputados.

Amplamente debatido na Comissão Especial, o projeto recebeu várias emendas. O relator foi favorável a várias delas, tendo concluído seu parecer por um substitutivo, que foi aprovado pela Comissão.

Ainda considerando o **texto X**, julgue o item subsequente.

O presidente da Câmara dos Deputados também tem competência para designar Comissão Especial para examinar o mérito de proposta de emenda à Constituição da República.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área I/2002

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

807) O item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio aprovou requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria em sociedade instituída e mantida pelo poder público. Nessa situação, tal requerimento deverá ser remetido ao presidente da Câmara, que o encaminhará ao TCU.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área II/2002

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

808) Acerca das eleições na Câmara dos Deputados, **é correto** afirmar que

os membros da Comissão Representativa do Congresso Nacional serão eleitos na última sessão ordinária do período legislativo anual.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área II/2002

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

809) Acerca das eleições na Câmara dos Deputados, **é correto** afirmar que

a Câmara dos Deputados elege dois cidadãos para integrarem o Conselho da República, devendo as indicações dos nomes dos concorrentes obedecer ao princípio da proporcionalidade partidária.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área II/2002

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

810) A respeito da tramitação de proposições na Câmara dos Deputados, disciplinadas pelo Regimento Interno daquela Casa, julgue o item a seguir.

Terá tramitação de projeto de código o projeto de lei que vise modificar integralmente um capítulo do Código Civil.

Certo
Errado

CEFOP - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2000

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

811) Assinale a alternativa **CORRETA**.

Qualquer cidadão pode oferecer denúncia à Câmara dos Deputados contra o Presidente da República, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, por crime de responsabilidade. A esse respeito, **NÃO** se pode afirmar:

a) o parecer da Comissão Especial, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização, será submetido à deliberação do Plenário, em votação secreta, sendo admitida a instauração do processo contra o denunciado, se nesse sentido forem obtidos os votos da maioria absoluta dos membros da Casa.

- b) tendo recebido a denúncia, verificado a existência de todos os requisitos e feito a leitura na sessão seguinte, o Presidente da Câmara dos Deputados despachá-la à Comissão Especial eleita, da qual deverão participar, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos.
- c) se o Presidente da Câmara dos Deputados indeferir o recebimento, caberá recurso ao Plenário.
- d) o denunciado terá o prazo de dez sessões, contadas do recebimento da denúncia, para, caso queira, manifestar-se; e a Comissão, o de cinco sessões para emitir parecer, contadas da manifestação do acusado ou do término do prazo para esse fim previsto.

www.tecconcursos.com.br/questoes/1765777

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2000

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

812) Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Em relação aos projetos de código:

- a) o projeto de código enviado pelo Presidente da República com solicitação de urgência, consoantes os §§ 1º, 2º e 3º do art. 64 da Constituição Federal de 1988, obedecerá ao prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento para manifestação definitiva do Plenário, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos se, findo esse prazo, a Câmara dos Deputados não tiver deliberado sobre a matéria.
- b) o prazo para apresentação de emendas ao projeto, diretamente na Comissão Especial, é de vinte sessões consecutivas, a partir da instalação da referida Comissão.
- c) somente podem tramitar simultaneamente dois projetos de código.
- d) os Relatores-Parciais e o Relator-Geral terão, respectiva e consecutivamente, os prazos de dez e quinze sessões para emitir parecer, após encerrado o período de apresentação de emendas ao projeto,
- e) havendo oradores inscritos, a discussão de projeto de código não poderá ser encerrada antes de transcorridas cinco sessões.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2571116

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

813) Em relação às matérias que se sujeitam à tramitação especial na Câmara dos Deputados pode-se dizer:

a apreciação preliminar em Plenário prescinde de requerimento do Autor, se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresentar emenda para sanar vício de admissibilidade da proposta de emenda à Constituição.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2571118

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

814) Em relação às matérias que se sujeitam à tramitação especial na Câmara dos Deputados pode-se dizer:

o projeto de lei que altera código terá tramitação semelhante ao projeto de código.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2571120

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

815) Em relação às matérias que se sujeitam à tramitação especial na Câmara dos Deputados pode-se dizer:

ultimada a votação em turno único do projeto de resolução que altera ou reforma o Regimento Interno, a redação final compete à Comissão Especial que o houver elaborado, ou à Mesa, nos demais casos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2571122

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

816) Em relação às matérias que se sujeitam à tramitação especial na Câmara dos Deputados pode-se dizer:

a uma Comissão especial eleita, da qual participem representantes de todos os partidos, observada a respectiva proporção, caberá opinar, em caso de o Presidente da Câmara receber a denúncia de qualquer cidadão contra Ministro de Estado por crime de responsabilidade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2571123

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

817) As matérias, na Câmara dos Deputados, obedecem a determinado regime de tramitação e ordem de preferência, na discussão, ou na votação, em razão do que se pode afirmar:

difere o requerimento de urgência do de prioridade pela exigência de apoio maior ao primeiro, diverso encaminhamento de votação e delimitação das hipóteses de sua apresentação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2571126

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

818) As matérias, na Câmara dos Deputados, obedecem a determinado regime de tramitação e ordem de preferência, na discussão, ou na votação, em razão do que se pode afirmar:

é privativo do Presidente da República requerer a extinção do regime de urgência dos projetos de sua iniciativa, com solicitação de urgência.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2571128

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

819) As matérias, na Câmara dos Deputados, obedecem a determinado regime de tramitação e ordem de preferência, na discussão, ou na votação, em razão do que se pode afirmar:

os projetos em regime de prioridade precedem os projetos de tramitação ordinária para os quais tenha sido concedida preferência.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2571131

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

820) As matérias, na Câmara dos Deputados, obedecem a determinado regime de tramitação e ordem de preferência, na discussão, ou na votação, em razão do que se pode afirmar:

a matéria destacada (destaque para votação em separado) precede, na votação, a matéria principal, e somente integrará o texto se for aprovada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2571132

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/1998

Legislação das Casas Legislativas - Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais (arts. 201 a 225 do RICD)

821) As matérias, na Câmara dos Deputados, obedecem a determinado regime de tramitação e ordem de preferência, na discussão, ou na votação, em razão do que se pode afirmar:

entre os projetos em prioridade, os de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Mesa, de Comissão Permanente ou Especial, do Senado Federal ou dos cidadãos, têm preferência sobre os demais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2853665

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Do Exercício do Mandato (arts. 226 a 234 do RICD)

822) Em razão de uma série de circunstancialismos que se apresentaram no território brasileiro, envolvendo tensão com alguns países fronteiriços, começou a se disseminar a informação de que Deputados Federais poderiam vir a ser incorporados às Forças Armadas.

Considerando os balizamentos estabelecidos pelas normas afetas à temática, é possível concluir que

- a) apenas os Deputados Federais que sejam militares podem ser incorporados, o que pode ocorrer em tempo de paz ou em tempo de guerra, sendo necessária licença da Câmara dos Deputados.
- b) os Deputados Federais, militares ou não, podem vir a ser incorporados, o que pressupõe a existência de declaração de guerra e licença da Câmara dos Deputados.
- c) somente os Deputados Federais que sejam militares podem ser incorporados, o que ocorrerá independentemente de licença da Câmara dos Deputados.
- d) os Deputados Federais podem ser incorporados às Forças Armadas, o que sempre depende de prévia licença da Câmara dos Deputados.
- e) os Deputados Federais, a exemplo dos Senadores, não podem ser incorporados enquanto permanecerem no exercício do mandato.

www.teconconcursos.com.br/questoes/2617360

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Do Exercício do Mandato (arts. 226 a 234 do RICD)

823) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Um Deputado que se afasta do mandato para assumir um cargo como Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, Prefeito de Capital ou Chefe de Missão Diplomática Temporária deve comunicar por escrito à respectiva Casa. Nessas situações ele perde o cargo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2617361

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Do Exercício do Mandato (arts. 226 a 234 do RICD)

824) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quando um Deputado decide se afastar de seu mandato para assumir outro cargo, é necessário que ele comunique formalmente sua decisão, apresentando o ato de nomeação e o termo de posse. Ao retornar o Deputado deve apresentar o ato de exoneração. Se um Deputado for exonerado do cargo para o qual se licenciou, ele tem um prazo de quinze dias para reassumir o exercício do mandato. Caso contrário, sua omissão pode ser interpretada como uma falta de decoro parlamentar.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2617362

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Do Exercício do Mandato (arts. 226 a 234 do RICD)

825) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Até que o Deputado faça a comunicação oficial para reassumir seu cargo, o suplente que está em exercício continuará participando dos debates e votações.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2617363

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Do Exercício do Mandato (arts. 226 a 234 do RICD)

826) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Deputado que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2617364

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença (arts. 235 a 237 do RICD)

827) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Se um Deputado, por motivo de doença comprovada, estiver impossibilitado de cumprir os deveres do mandato, será concedida licença para tratamento de saúde.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/252817

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área II/2014

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença (arts. 235 a 237 do RICD)

828) No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva, que deve ser julgada com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Um deputado federal requereu licença da Câmara dos Deputados para desempenhar missão temporária de caráter diplomático. Nessa situação, caberá ao presidente da Casa decidir sobre a concessão da licença.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1765983

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Registro e Redação/2012

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença (arts. 235 a 237 do RICD)

829) Com base no RI/CD, julgue o item que se segue, relativo aos deputados, à participação da sociedade civil, ao credenciamento de entidades e da imprensa e à administração e economia interna da Casa.

Comprovada, mediante laudo médico de junta nomeada pela Câmara, a incapacidade civil absoluta de deputado federal, ele será suspenso do exercício do mandato, mas não perderá sua remuneração.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2617365

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Vacância, da Convocação de Suplente e do Decoro Parlamentar (arts. 238 a 244 do RICD)

830) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cargos vagos na Câmara só ocorrerão em casos de renúncia ou perda de mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621195

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Vacância, da Convocação de Suplente e do Decoro Parlamentar (arts. 238 a 244 do RICD)

831) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O suplente de Deputado convocado tem o direito de se declarar impossibilitado de assumir o mandato, devendo informar por escrito à Mesa sobre sua impossibilidade, após o que a Mesa convocará o próximo suplente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621196

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Vacância, da Convocação de Suplente e do Decoro Parlamentar (arts. 238 a 244 do RICD)

832) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Mesa convocará, no prazo de quarenta e oito horas, o Suplente de Deputado nos casos de ocorrência de vaga; investidura do titular em cargo Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária; e licença para tratamento de saúde do titular, desde que o prazo original não seja superior a sessenta dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621197

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Vacância, da Convocação de Suplente e do Decoro Parlamentar (arts. 238 a 244 do RICD)

833) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quando um suplente de Deputado é convocado em caráter de substituição, ele é elegível para cargos na Mesa, como suplente de secretário, presidente ou vice-presidente de comissão. Ele também pode integrar a Procuradoria Parlamentar, atuar como Ouvidor-Geral ou Ouvidor Substituto, Corregedor ou Corregedor Substituto, Procuradora da Mulher ou Procuradora Adjunta, ou Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher ou Coordenadoras Adjuntas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1764540

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2012

Legislação das Casas Legislativas - Da Vacância, da Convocação de Suplente e do Decoro Parlamentar (arts. 238 a 244 do RICD)

834) No que se refere aos deputados e suplentes, julgue o item abaixo.

O suplente de deputado convocado em caráter de substituição não pode ser escolhido para o cargo de suplente de secretário.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1781030

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área II/2002

Legislação das Casas Legislativas - Da Vacância, da Convocação de Suplente e do Decoro Parlamentar (arts. 238 a 244 do RICD)

835) Julgue o item a seguir, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Para que a bancada partidária não fique desfalcada de um de seus membros, sempre será convocado suplente de deputado federal quando o titular se licenciar para tratamento de saúde ou para tratar de interesse particular.

Certo

Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621198

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença para Instauração de Processo Criminal contra Deputado (arts. 249 a 251 do RICD)

836) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No caso de uma prisão em flagrante de Deputado por um crime inafiançável, a documentação relacionada deve ser enviada à Câmara dentro de um prazo de 24 horas. Se isso não ocorrer, a autoridade responsável pela prisão pode ser responsabilizada, cuja apuração será promovida de ofício pela Mesa da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621199

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença para Instauração de Processo Criminal contra Deputado (arts. 249 a 251 do RICD)

837) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ao receber a solicitação ou os autos de flagrante, o Presidente encaminhará o caso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No caso de flagrante, a Comissão tomará uma decisão preliminar sobre a prisão, ordenando a apresentação do réu detido, que permanecerá sob sua custódia até que a Casa decida sobre a manutenção ou relaxamento da prisão. A Comissão oferecerá um parecer prévio, permitindo ao Deputado envolvido ou ao seu representante se pronunciar dentro de um prazo de três sessões sobre a manutenção ou não da prisão. Em seguida, será proposto o respectivo projeto de resolução para votação.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621200

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença para Instauração de Processo Criminal contra Deputado (arts. 249 a 251 do RICD)

838) Julgue os itens a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ao receber a solicitação de prisão de um Deputado ou os autos do flagrante, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O parecer dessa Comissão, após ser lido e publicado no Diário da Câmara dos Deputados, será incluído na Ordem do Dia.

Se a maioria dos membros da Casa aprovar o parecer por voto secreto, resultando na admissão da acusação contra o Deputado, será considerada concedida a licença para instauração do processo ou autorizada a formação de culpa. A decisão será comunicada pelo Presidente ao Supremo Tribunal Federal dentro de duas sessões.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621201

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença para Instauração de Processo Criminal contra Deputado (arts. 249 a 251 do RICD)

839) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ao receber a solicitação ou os autos de flagrante, o Presidente encaminhará o caso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Após a resolução preliminar sobre a prisão, ou se essa não ocorrer, a Comissão emitirá um parecer, facultada a palavra ao Deputado ou seu representante, no prazo de dez sessões. O parecer concluirá pela aprovação ou rejeição do pedido de licença, ou pela autorização, ou não, da formação de culpa, no caso de flagrante. Em seguida, será proposto o projeto de resolução.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621202

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença para Instauração de Processo Criminal contra Deputado (arts. 249 a 251 do RICD)

840) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No caso de um Deputado ser preso durante o recesso da Casa, as responsabilidades atribuídas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e ao Plenário serão exercidas conjuntamente pela Comissão Representativa do Congresso Nacional, se o Regimento Comum permitir. Caso contrário, essas atribuições serão exercidas integralmente pela Mesa, sujeitas à posterior aprovação do Plenário.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256090

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Da Licença para Instauração de Processo Criminal contra Deputado (arts. 249 a 251 do RICD)

841) Julgue o próximo item, acerca do procedimento de autorização para a instauração de processo nos crimes de responsabilidade do presidente, do vice-presidente da República e de ministros de Estado, bem como acerca do processo criminal contra deputados federais.

Caso um deputado federal seja preso em flagrante delito pela prática do crime de racismo contra um desafeto, os autos terão de ser remetidos à Câmara dos Deputados dentro de vinte quatro horas. Recebidos os autos pela Casa, seu presidente terá de despachá-lo à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que resolverá preliminarmente sobre a prisão.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3441949

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Gestão Estratégica/Articulação Político-Institucional Nacional/2025
Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

842) Julgue o item a seguir, no que se refere ao processo legislativo.

Caso existam defensores e opositores do tema objeto de exame de audiência pública, a Comissão deverá permitir a abordagem das diversas correntes de opinião.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3441950

CEBRASPE (CESPE) - Ana (EMBRAPA)/EMBRAPA/Gestão Estratégica/Articulação Político-Institucional Nacional/2025
Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

843) Julgue o item a seguir, no que se refere ao processo legislativo.

Aprovada a reunião de audiência pública, a comissão de legislação participativa poderá selecionar, para depoimento, as autoridades, os especialistas ligados às entidades participantes e os membros da representação diplomática estrangeira, cabendo ao presidente da comissão expedir os convites.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621203

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

844) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação de um projeto de lei à Câmara dos Deputados. Este projeto deve ser assinado por, no mínimo, um centésimo do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos três Estados, com não menos de cinco milésimos dos eleitores de cada um deles. Uma condição importante, mas não a única, é que a assinatura de cada eleitor deve ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do seu título eleitoral.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621204

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

845) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A iniciativa popular pode ser exercida pela submissão à Câmara dos Deputados de um projeto de lei assinado por, no mínimo, um centésimo do eleitorado nacional. Este deve estar distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles. Uma condição importante, mas não a única, é que as listas de assinaturas devem ser organizadas por Município e por Estado, Território e Distrito Federal, em um formulário padronizado pela Mesa da Câmara.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621205

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

846) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É permitido que uma entidade da sociedade civil patrocine a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular, assumindo inclusive a responsabilidade pela coleta das assinaturas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621206

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

847) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O projeto de lei de iniciativa popular terá um processo de tramitação específico, diferente dos demais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621207

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

848) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cada projeto de lei de iniciativa popular deve se limitar a um único tema. No entanto, se o projeto abordar múltiplos temas, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ainda assim prosseguirá com o trâmite do projeto.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621208

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

849) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Um projeto de lei de iniciativa popular não será rejeitado imediatamente por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa. É responsabilidade da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania corrigir os vícios formais para garantir sua tramitação regular.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621209

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

850) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Petições, reclamações, representações ou queixas feitas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas, ou atribuídas a membros da Casa, serão recebidas e analisadas pela Ouvidoria Parlamentar, Comissões ou Mesa, conforme o caso. Isso acontecerá desde que sejam enviadas por escrito ou eletronicamente, devidamente identificadas em formulário próprio, ou por telefone, com a identificação do autor e o assunto deve estar dentro da competência da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621210

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

851) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, pareceres técnicos, exposições e propostas provenientes de entidades científicas e culturais, associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621211

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

852) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

As sugestões de iniciativa legislativa que obtiverem um parecer positivo da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa, que será encaminhada à Mesa para tramitação.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621212

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

853) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

As sugestões da sociedade civil que receberem parecer contrário da Comissão de Legislação Participativa serão arquivadas.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621213

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

854) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

As sugestões avaliadas pela Comissão de Legislação Participativa estão sujeitas, quando aplicável, às mesmas disposições regimentais que regem o trâmite dos projetos de lei nas Comissões.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621214

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

855) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Outras formas de participação da sociedade civil recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão direcionadas à Mesa. A partir daí, serão distribuídas à Comissão ou Comissões apropriadas para avaliação do mérito respectivo, ou à Ouvidoria, dependendo do caso.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621215

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

856) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cada Comissão tem a capacidade de realizar reuniões de audiência pública com entidade da sociedade civil. Essas reuniões podem ser usadas para orientar questões legislativas em andamento, bem como para discutir assuntos de relevância pública que sejam pertinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621216

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

857) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Câmara expedir os convites.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621217

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

858) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Durante a audiência pública, caso existam defensores e opositores em relação ao tema em análise, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621218

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

859) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na audiência pública, o convidado deve limitar-se ao tema ou questão em discussão, e disporá de vinte minutos para sua exposição, que pode ser estendido a critério da Comissão, não podendo ser apartado.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

860) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Se, na audiência pública, o expositor se desviar do tópico ou perturbar a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

861) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

862) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Os membros de representação diplomática estrangeira poderão ser convidados a depor em reunião de audiência pública.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

863) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Uma ata será redigida para cada reunião de audiência pública, e os pronunciamentos escritos e documentos relacionados serão arquivados dentro da Comissão. Não será admitida a transferência de documentos ou o fornecimento de cópias para as partes interessadas.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

864) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Além dos Ministérios e entidades da administração federal indireta, poderão as entidades de classe de grau superior, de empregados e empregadores, autarquias profissionais e outras instituições de âmbito nacional da sociedade civil credenciar junto à Mesa representantes que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos à Câmara, através de suas Comissões, às Lideranças e aos Deputados em geral e ao órgão de assessoramento institucional.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

865) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cada Ministério ou entidade tem a possibilidade de indicar um único representante, que será responsável perante a Casa por todas as informações fornecidas ou opiniões expressas quando solicitadas pela Mesa, por Comissão ou Deputado. Esses representantes fornecerão aos Relatores, membros das Comissões, Lideranças e demais Deputados interessados, bem como ao órgão de assessoramento legislativo, exclusivamente subsídios de natureza técnica, documental, informativa e instrutiva.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

866) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Os meios de comunicação, incluindo rádio e televisão, podem credenciar seus profissionais, bem como correspondentes internacionais, junto à Mesa para exercer atividades jornalísticas relacionadas à Casa e seus membros. Apenas jornalistas e profissionais de imprensa credenciados terão acesso às áreas privativas da Casa, sem exceções.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621226

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

867) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O credenciamento de profissionais de imprensa, incluindo correspondentes estrangeiros, junto à Mesa para o exercício de atividades jornalísticas, será realizado com ônus e vínculo empregatício com a Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2119205

CEPERJ - TecGes Admin (ALEMA)/ALEMA/Dentista/2022

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

868) Dentre as várias condições para o trâmite regular de uma iniciativa popular de lei, indique a opção **INCORRETA** entre as opções a seguir:

- a) não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania escoimá-lo dos vícios formais para sua regular tramitação.
 - b) cada projeto de lei poderá circunscrever-se mais de um assunto, devendo, neste caso, ser revisado pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação Final e Legislação Participativa, para que, caso necessário, sofra as devidas adequações e possa tramitar corretamente.
 - c) assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral.
 - d) o projeto será protocolizado perante a Secretaria da Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação.
-

www.tecconcursos.com.br/questoes/534480

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE-PE)/TCE PE/Auditoria de Contas Públicas/2017

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

869) Com relação às políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo, julgue o item a seguir.

Projeto de lei oriundo de iniciativa popular, desde que subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles, deverá ser obrigatoriamente pautado para votação pela Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1765980

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Registro e Redação/2012

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

870) Com base no RI/CD, julgue o item que se segue, relativo aos deputados, à participação da sociedade civil, ao credenciamento de entidades e da imprensa e à administração e economia interna da Casa.

Órgãos de imprensa, do rádio e da televisão podem credenciar seus profissionais, com exceção dos correspondentes estrangeiros, perante a Mesa Diretora, para o exercício de atividades jornalísticas pertinentes à Câmara e seus membros.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1765982

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Registro e Redação/2012

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

871) Com base no RI/CD, julgue o item que se segue, relativo aos deputados, à participação da sociedade civil, ao credenciamento de entidades e da imprensa e à administração e economia interna da Casa.

A iniciativa popular de leis ordinárias pode ser exercida mediante apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei, que poderá ser rejeitado liminarmente por conter vícios de linguagem ou apresentar imperfeições de técnica legislativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/425323

FCC - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Contador/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

872) Como forma de participação da sociedade civil no processo legislativo o Regimento Interno prevê a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Esse projeto, entretanto, deve ser subscrito por, no mínimo:

- a) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
- b) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
- c) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por dez Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.
- d) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por doze Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.
- e) metade do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por vinte Estados, com não menos de um milésimo dos eleitores de cada um deles.

www.teconconcursos.com.br/questoes/630122

FCC - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Contador/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

873) Como forma de participação da sociedade civil no processo legislativo o Regimento Interno prevê a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Esse projeto, entretanto, deve ser subscrito por, no mínimo:

- a) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
- b) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
- c) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por dez Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.
- d) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por doze Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.
- e) metade do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por vinte Estados, com não menos de um milésimo dos eleitores de cada um deles.

www.teconconcursos.com.br/questoes/76152

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Técnico em Comunicação Social/Jornalismo/2003

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

874) Acerca das proposições sujeitas à deliberação da Câmara dos Deputados e de seu trâmite, julgue o item a seguir.

Um projeto de lei de iniciativa popular deve ser subscrito por pelo menos um centésimo do eleitorado nacional, sendo que a assinatura de cada eleitor deve ser acompanhada por seu nome completo e legível, pelo seu endereço e também pelos dados identificadores de seu título de eleitor.

- Certo
- Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/76153

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Técnico em Comunicação Social/Jornalismo/2003

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

875) Acerca das proposições sujeitas à deliberação da Câmara dos Deputados e de seu trâmite, julgue o item a seguir.

É permitida a apresentação de projeto de lei complementar mediante iniciativa popular.

- Certo
- Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1765720

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2000

Legislação das Casas Legislativas - Da Participação da Sociedade (arts. 252 a 261 do RICD)

876) Assinale a alternativa **CORRETA**.

É forma de participação da sociedade civil nos trabalhos da Câmara dos Deputados:

I - apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa popular, subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.

II - oferecimento às Comissões ou à Mesa de petições, reclamações ou representações por qualquer pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputados a membros da Casa.

III - oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas.

IV - depoimento, como convidados em reunião de audiência pública de Comissão, de membros de representação diplomática estrangeira, em assuntos atinentes às relações ou acordos internacionais.

V - oferecimento à Casa, através de suas Comissões, às Lideranças e aos Deputados em geral e à Consultoria Legislativa, de esclarecimentos específicos por parte de representantes de entidades de grau superior, de empregados e empregadores, autarquias profissionais e outras instituições de âmbito nacional da sociedade civil, credenciados junto à Mesa.

Completam **corretamente** o enunciado somente:

- a) **II, III e V.**
- b) **II, III, IV e V.**
- c) **I, II e V.**
- d) **I, II, III e V.**
- e) **I, III e IV.**

www.teconconcursos.com.br/questoes/2853661

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

877) Analise a seguinte situação hipotética:

No âmbito da Câmara dos Deputados, foi praticado um crime, o que resultou na prisão em flagrante do respectivo autor.

Em razão do ocorrido, foi instaurado inquérito, presidido pelo Corregedor substituto, o qual designou o escrivão. Após a sua conclusão, o inquérito foi enviado à autoridade competente.

Considerando a disciplina estabelecida no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que

- a) o crime foi praticado por um Deputado Federal, e o inquérito foi encaminhado ao Ministério Público.
- b) o escrivão é funcionário estável da Câmara, e o inquérito foi encaminhado à autoridade judiciária competente.
- c) o crime foi praticado por um Deputado Federal, e o escrivão é um integrante da Polícia da Câmara, designado pelo respectivo Diretor.
- d) o inquérito foi presidido por autoridade incompetente, pois deveria sê-lo pelo Deputado Federal investido na função de Diretor de Serviços de Segurança.
- e) o crime foi praticado por pessoa que não se encontra investida no mandato de Deputado Federal, e o inquérito foi encaminhado ao Ministério Público.

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621227

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

878) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Os serviços administrativos da Câmara serão regidos por regulamentos especiais, que são aprovados pelo Plenário e considerados parte integrante deste Regimento. A direção desses serviços ficará a cargo do Presidente, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621228

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

879) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Um dos princípios que nortearão os regulamentos especiais dos serviços administrativos aprovados pelo plenário será o da descentralização administrativa e agilização de procedimentos, com a utilização de processamento eletrônico de dados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621229

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

880) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nenhuma proposição que modifique os serviços administrativos da Câmara poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem parecer da Mesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621230

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

881) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas à Ouvidoria, que tomará as devidas providências num prazo de setenta e duas horas. Após esse prazo, as questões podem ser apresentadas ao Plenário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621231

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

882) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O patrimônio da Câmara compreende bens móveis e imóveis da União, que adquirir ou forem colocados à sua disposição. A ocupação de imóveis residenciais da Câmara por Deputados ficará restrita ao período de exercício do mandato e será objeto de contrato-padrão aprovado pela Mesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621232

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

883) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Se um Deputado cometer algum excesso dentro da Casa que necessite de repressão disciplinar, o Presidente da Câmara tomará conhecimento do fato e então solicitará à Corregedoria Parlamentar a abertura de uma sindicância ou inquérito para apurar responsabilidades e propor as sanções cabíveis.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621233

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

884) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Se um delito for cometido dentro dos edifícios da Câmara, será instaurado um inquérito, a ser presidido pelo diretor de serviços de segurança, a menos que o suspeito ou detido seja um membro da Casa, caso em que o Corregedor ou seu substituto assumirá a presidência do inquérito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621234

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

885) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Durante o inquérito, serão aplicados o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, conforme apropriado, podendo a Câmara solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados, mas não podendo requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621235

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

886) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em caso de flagrante de crime inafiançável, o responsável será preso e entregue à autoridade judicial competente, juntamente com o respectivo auto. Se o indivíduo for um parlamentar, ele será entregue ao Corregedor da Câmara.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621236

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

887) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Com exceção dos membros da segurança, é vedado o porte de qualquer tipo de arma nos prédios da Câmara e áreas próximas. O descumprimento desta proibição constitui uma infração disciplinar e contravenção. Cabe ao Corregedor, ou seu substituto, supervisionar a proibição do porte de armas, tendo autoridade para mandar revistar e desarmar.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621237

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

888) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O exercício de comércio é permitido nas dependências da Câmara, independentemente de autorização da Mesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2621238

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

889) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É vedado à Mesa da Câmara, a qualquer de seus membros, ao Diretor-Geral, ao Secretário-Geral da Mesa e às demais autoridades dos serviços administrativos da Câmara delegar competência para a prática de atos administrativos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621239

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

890) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos, um órgão técnico-consultivo sob a jurisdição direta do Presidente da Câmara dos Deputados, será encarregado de realizar estudos à formulação de políticas e diretrizes legislativas ou institucionais, das linhas de ação ou suas alternativas e respectivos instrumentos normativos, quanto a planos, programas e projetos, políticas e ações governamentais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621240

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

891) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos, um órgão técnico-consultivo sob a jurisdição direta do Presidente da Câmara dos Deputados, será responsável por conduzir estudos de viabilidade e análises de impactos, riscos e benefícios de natureza tecnológica, ambiental, econômica, social, política, jurídica, cultural, estratégica e de outras espécies, em relação a tecnologias, planos, programas ou projetos, políticas ou ações governamentais de alcance setorial, regional ou nacional.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621241

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

892) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos, um órgão técnico-consultivo diretamente jurisdicionado do Presidente da Câmara dos Deputados, será responsável pela produção de documentos com alta densidade crítica e especialização técnica ou científica. Esses documentos serão úteis para o trato qualificado de matérias objeto de trâmite legislativo ou de interesse da Casa ou de suas Comissões.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621242

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

893) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Consultoria Legislativa será organizada em núcleos temáticos de consultoria e assessoramento, cada um composto por, no mínimo, quatro Consultores Legislativos, que serão admitidos através de concurso público que incluirá provas e títulos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621243

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

894) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Consultoria Legislativa contará exclusivamente com a colaboração dos órgãos de pesquisa bibliográfica e legislativa, de documentação, informação e processamento de dados da Câmara para a execução das tarefas atribuídas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2621244

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

895) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Consultoria Legislativa irá manter um cadastro de indivíduos e empresas para possíveis contratações de serviços de consultoria, autorizadas pela Mesa. Em cada situação específica, a Consultoria Legislativa irá avaliar se a complexidade técnica e científica do assunto justifica a formalização de um contrato ou acordo com um

profissional ou instituição especializada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2772294

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/2023

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

896) Pedro, Deputado Federal, indagou, ao Presidente da Comissão permanente que integrava, se esse órgão teria alguma espécie de consultoria técnica.

Considerando os balizamentos oferecidos pelo Regimento interno da Câmara dos Deputados e a forma de organização dessa espécie de consultoria, o Presidente respondeu corretamente que

- a) os consultores são alocados em cada Comissão, conforme a área de expertise, sendo o trabalho organizado pelo respectivo Presidente, que definirá a ordem de atendimento.
 - b) há um núcleo de assessoramento destinado às Comissões, que deve organizar e coordenar os trabalhos a serem realizados pelos profissionais dos núcleos temáticos.
 - c) a consultoria deve ser requerida à Mesa, junto à qual estão organizados os núcleos temáticos de natureza técnico- legislativa, sendo as solicitações atendidas conforme a ordem de apresentação.
 - d) o Diretor-Geral da Câmara deve organizar o quadro de pessoal técnico, vinculando-o às comissões permanentes e temporárias, conforme índices qualitativos e quantitativos de trabalho definidos pela Mesa.
 - e) a atividade de consultoria é organizada em núcleos temáticos, vinculados ao Primeiro Secretário da Mesa, aos quais devem ser diretamente direcionadas as solicitações dos colegiados da Casa Legislativa.
-

www.teconconcursos.com.br/questoes/256296

CEBRASPE (CESPE) - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2014

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

897) De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, julgue o item, relativo à polícia legislativa da Câmara dos Deputados.

É permitido ao pessoal da segurança e aos parlamentares transitar armados no interior da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1764543

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2012

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

898) Com referência à delegação de competência e à participação da sociedade civil em audiências públicas e projetos de leis, julgue o próximo item.

Qualquer membro da Mesa pode delegar competência para a prática de atos administrativos, mediante ato que indique a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1765981

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Registro e Redação/2012

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

899) Com base no RI/CD, julgue o item que se segue, relativo aos deputados, à participação da sociedade civil, ao credenciamento de entidades e da imprensa e à administração e economia interna da Casa.

É vedado à Consultoria Legislativa da Câmara contratar pessoa física para prestar serviço eventual de consultoria.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/427264

FCC - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

900) No ambiente da Câmara Federal e em suas adjacências, é responsável pela manutenção da ordem e da disciplina,

- a) a Polícia Federal.
 - b) o Presidente do Congresso.
 - c) o Diretor do Serviço de Segurança.
 - d) a Mesa.
 - e) as Polícias Civil e Militar do Distrito Federal.
-

www.teconconcursos.com.br/questoes/427267

FCC - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

901) Os delitos cometidos por parlamentares, nos edifícios da Câmara, serão apurados mediante inquérito presidido

- a) pelo Chefe da Segurança.
- b) pelo Presidente da Câmara.
- c) pelo Corregedor.
- d) pelo Presidente da Comissão de Segurança Pública.
- e) por Delegado da Polícia Federal.

www.teconconcursos.com.br/questoes/427268

FCC - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

902) No caso de prisão em flagrante por crime inafiançável cometido por Deputado Federal no âmbito da Câmara, o preso, com o auto respectivo, será entregue

- a) ao Presidente da Câmara.
- b) ao Presidente do Congresso.
- c) ao Corregedor da Câmara.
- d) à autoridade judicial competente.
- e) à autoridade da Polícia Federal.

www.teconconcursos.com.br/questoes/427269

FCC - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

903) No caso do inquérito necessitar perícia técnica para sua fundamentação, seu presidente

- a) encaminhará os autos para a Polícia Federal para sua realização.
- b) nomeará peritos dentre os parlamentares com conhecimento técnico do assunto.
- c) designará um funcionário do Congresso Nacional com habilitação técnica.
- d) solicitará cooperação técnica de órgãos policiais especializados.
- e) solicitará nomeação de peritos pelo Ministério Público Federal.

www.teconconcursos.com.br/questoes/427270

FCC - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

904) O porte de arma de fogo, no ambiente da Câmara ou em suas adjacências, é proibido a qualquer indivíduo, **EXCETO**

- a) aos Deputados e Senadores.
- b) ao Presidentes da Câmara e do Congresso.
- c) ao Corregedor ou seu substituto.
- d) aos membros da Mesa.
- e) aos membros da segurança.

www.teconconcursos.com.br/questoes/427271

FCC - TL (CAM DEP)/CAM DEP/Policial Legislativo Federal/2007

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

905) O policiamento dos blocos residenciais dos Deputados compete, com exclusividade,

- a) ao Corregedor.
- b) à Mesa.
- c) ao Presidente do Congresso.
- d) à Polícia Militar do Distrito Federal.
- e) ao Diretor do Serviço de Segurança e seus agentes.

www.teconconcursos.com.br/questoes/1765774

CEFOR - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2000

Legislação das Casas Legislativas - Da Administração e da Economia Interna (arts. 262 a 278 do RICD)

906) Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Em relação às normas regimentais de administração e economia interna da Câmara dos Deputados:

- a) as despesas da Câmara dos Deputados serão ordenadas pelo seu Diretor-Geral.
- b) as reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos somente poderão ser levadas ao Plenário, após transcorridas setenta e duas horas de seu encaminhamento à Mesa, sem que esta tenha adotado providência até então.
- c) o delito cometido por algum Deputado nos edifícios da Câmara dos Deputados será inicialmente objeto de instauração de inquérito, a ser presidido pelo diretor de serviços de segurança.
- d) a prestação de contas da Câmara dos Deputados relativa ao exercício anterior será encaminhada pelo Presidente ao Tribunal de Contas da União até trinta de junho de cada ano.
- e) são princípios que, entre outros, regem os serviços administrativos da Câmara dos Deputados: descentralização administrativa e adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas e atividades permanentes e sistemáticas de capacitação, treinamento, desenvolvimento e avaliação profissional.

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Das Disposições Finais (arts. 279 a 282 do RICD)

907) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Salvo disposição em contrário, os prazos estabelecidos em dias ou sessões neste Regimento serão contados, respectivamente, como dias corridos ou por sessões deliberativas e de debates da Câmara dos Deputados que foram efetivamente realizadas. Os prazos fixados por mês são contados de data a data. O dia ou sessão inicial e o do vencimento são incluídos no cálculo.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Das Disposições Finais (arts. 279 a 282 do RICD)

908) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Salvo disposição em contrário, os prazos serão suspensos durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Das Disposições Finais (arts. 279 a 282 do RICD)

909) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A menos que haja expediente ou sessão da Câmara dos Deputados, sábados, domingos e feriados serão considerados dias não úteis.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Das Disposições Finais (arts. 279 a 282 do RICD)

910) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Os atos ou medidas, cujos prazos estão em andamento, devem ser realizados durante o horário normal de funcionamento da Câmara ou durante suas sessões ordinárias e extraordinárias, conforme o caso.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Das Disposições Finais (arts. 279 a 282 do RICD)

911) Julgue o item a seguir de acordo com a Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não é permitido nomear qualquer dependência ou edifício da Câmara dos Deputados com o nome de pessoas que ainda estão vivas.

Certo
Errado

FUMARC - AALP (CM P Leopoldo)/CM Pedro Leopoldo/2018

Legislação das Casas Legislativas - Das Disposições Finais (arts. 279 a 282 do RICD)

912) Os prazos no processo legislativo contam-se:

- a) excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, em qualquer dos prazos regimentais.
 - b) excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, nos casos dos prazos contados em dias.
 - c) incluído o dia do começo e excluído o do vencimento, nos casos dos prazos contados em dias.
 - d) sempre minuto a minuto.
-

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

913) João, Deputado Federal, responde a processo disciplinar perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP). A sua defesa, após analisar os termos da representação apresentada em seu desfavor, entendeu que deveria produzir prova testemunhal.

A produção da prova, no entanto, foi negada sob o argumento de que não havia nenhuma circunstância fática que demandasse esclarecimento, considerando o teor da prova documental, e o processo disciplinar foi tido como concluído.

Considerando os termos dessa narrativa, é correto afirmar que

- a) pode ser interposto recurso, com efeito suspensivo, à Mesa, que decidirá em cinco dias, limitada a análise à observância das normas regimentais.
- b) as deliberações da CEDP são irrecuráveis, mas nada impede que João argua a nulidade do parecer que venha a ser elaborado, em razão do descumprimento das normas regimentais.
- c) é cabível a interposição de recurso, com efeito suspensivo, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados.
- d) é cabível a apresentação de questão de ordem ao Plenário, por ocasião da votação do parecer apresentado pela CEDP, o qual configura questão prejudicial ao exame do mérito.
- e) cabe apenas pedido de reconsideração, a ser apreciado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que somente reformará a decisão pela maioria absoluta dos seus membros.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2853658

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

914) O líder do Partido Político Beta entende que João, Maria e Antônio, Deputados Federais, praticaram atos no exercício do mandato que afrontavam o Código de Ética e Decoro Parlamentar. João teria afrontado os deveres fundamentais do Deputado. Maria, por sua vez, teria celebrado acordo que tinha por objeto a posse do suplente, condicionado à prática de atos contrários aos deveres éticos dos Deputados. Antônio, por fim, teria revelado o conteúdo de debates que uma Comissão tinha resolvido que deveriam ficar secretos.

Ao analisar se essas condutas poderiam culminar com a perda do mandato dos respectivos parlamentares, o líder do Partido Político Beta concluiu corretamente que

- a) todos poderiam perdê-lo.
- b) apenas Maria poderia perdê-lo.
- c) apenas Antônio poderia perdê-lo.
- d) apenas João e Maria poderiam perdê-lo.
- e) apenas João e Antônio poderiam perdê-lo.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2853663

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

915) O líder do Partido Político Alfa foi informado de que um Deputado Federal filiado ao partido, e que integrava o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, perdera o mandato neste colegiado.

Considerando a sistemática estabelecida no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o referido líder concluiu corretamente que

- a) ocorreu o término do mandato eletivo, a renúncia ou o falecimento do Deputado Federal.
- b) o Deputado Federal pode ter deixado de comparecer a cinco reuniões consecutivas, salvo motivo de força maior justificado por escrito.
- c) a perda foi declarada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, após a regular tramitação de processo administrativo, no qual foi assegurada a ampla defesa.
- d) pode ter sido instaurado, em detrimento do Deputado Federal, processo disciplinar no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com prova inequívoca da acusação.
- e) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deliberou, pela maioria absoluta dos seus membros, a decretação da perda do mandato, em razão de desídia na atuação funcional.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2853679

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

916) Pedro, Deputado Federal no curso de seu mandato, sofreu duas penalidades disciplinares relacionadas ao descumprimento dos deveres fundamentais do Deputado e já respondia a outro processo disciplinar. Preocupado com o uso político dessas informações na eleição que se avizinhava, na qual tentaria a recondução ao cargo de Deputado Federal, analisou o teor das normas vigentes com o objetivo de verificar quem poderia ter acesso às referidas informações.

Ao fim da análise, Pedro concluiu corretamente que

- a) tanto as informações concernentes às penalidades recebidas como aquelas relativas aos processos em curso devem ficar à disposição dos cidadãos.
- b) apenas o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pode ter acesso às informações concernentes às penalidades recebidas e àquelas relativas aos processos em curso.
- c) na medida em que as informações descritas na narrativa se enquadram no plano da intimidade de Pedro, o acesso por terceiros, que não os órgãos internos com atribuição, pressupõe autorização judicial.
- d) qualquer Deputado Federal, partido político com representação na Câmara dos Deputados ou órgão dessa Casa Legislativa pode ter acesso às informações concernentes às penalidades recebidas, não os cidadãos.
- e) somente as informações concernentes às penalidades aplicadas, não aos processos em curso, devem ser tornadas públicas, na internet ou em outras redes de comunicação similares, podendo, ainda, ser solicitadas à Mesa.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2853690

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2024

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

917) Maria, Deputada Federal, tomou conhecimento de que seria submetida à votação do Plenário da Câmara dos Deputados uma proposição que envolvia direta e especificamente os seus interesses patrimoniais.

Por tal razão, consultou as normas de regência em relação ao procedimento que deveria adotar em situações dessa natureza, tendo concluído corretamente que

- a) na medida em que ela exerce uma atividade essencialmente política, não há que se falar em conflito de interesses na situação descrita na narrativa, sendo possível que ela vote.

- b) apesar da presença do conflito de interesses, ela somente estaria impedida de votar nas deliberações das comissões, considerando o quórum de instalação e de votação.
- c) ao se iniciar a apreciação da matéria, ela deve apresentar à Mesa declaração de impedimento para votar, que será autuada, sendo-lhe entregue o respectivo recibo.
- d) ela deve suscitar questão de ordem, no dia da votação, assim que a proposição for anunciada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e externar o seu impedimento.
- e) tão logo publicada a pauta, ela deve protocolizar, junto à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, a sua declaração de impedimento para votar na situação descrita.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588225

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

918) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em caso de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar, o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis serão regidos pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588226

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

919) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização, bem como respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa são deveres fundamentais do Deputado

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588227

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

920) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional e perceber vantagens indevidas, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588228

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

921) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a à contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Deputados, bem como fraudar o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação, são procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, porém que não são puníveis com a perda do mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588229

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

922) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes, que afetem a dignidade da representação popular, é uma conduta punível com a perda do mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588230

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

923) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Processar os acusados e instaurar o processo disciplinar e proceder a todos os atos necessários à sua instrução são algumas das competências do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588231

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

924) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compõe-se de 11 membros titulares e igual número de suplentes, todos com mandato de um ano.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588232

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

925) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Durante o exercício do mandato de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em regra o Deputado não poderá ser afastado de sua vaga no colegiado. Algumas exceções são o término do mandato, renúncia, falecimento ou perda de mandato no colegiado.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588233

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

926) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Deputado submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar, não poderá ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588234

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

927) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Deputado que esteja no exercício do mandato na condição de suplente, convocado em substituição ao titular, poderá ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588235

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

928) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Caso o Deputado tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais ou de suspensão do exercício do mandato, ele não poderá ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588236

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

929) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Deputado condenado em processo criminal por decisão de órgão jurisdicional colegiado não poderá ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, desde que a sentença condenatória tenha transitado em julgado.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

930) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar terá um Presidente e dois Vice-Presidentes, eleitos por seus pares dentre os membros titulares, vedada a reeleição para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

931) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Um membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar perderá o mandato se deixar de comparecer a 3 reuniões consecutivas ou, intercaladamente, a 1/5 das reuniões durante a sessão legislativa, salvo motivo de força maior justificado.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

932) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Caso seja instaurado processo disciplinar no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra um de seus membros, com prova inequívoca da acusação, ele deverá ser afastado imediatamente da função.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

933) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

A Comissão responsável pela aprovação do regulamento específico para disciplinar o funcionamento e a organização dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será a Comissão de Legislação Participativa.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

934) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Os prazos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar serão contados em dias úteis, ficando suspensos no recesso, salvo na hipótese de inclusão de matéria de sua competência na pauta de convocação extraordinária.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

935) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Apenas partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados poderão requerer à Mesa da Câmara dos Deputados representação em face de Deputado que tenha incorrido em conduta incompatível ou atentatória ao decoro parlamentar, especificando os fatos e as respectivas provas.

Certo
Errado

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

936) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

A representação relacionada com o decoro parlamentar subscrita por partido político representado no Congresso Nacional será encaminhada diretamente pela Mesa da Câmara dos Deputados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no prazo de 3 sessões ordinárias.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588244

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

937) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Corregedor da Câmara dos Deputados poderá participar de todas as fases do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, inclusive das discussões, com direito a voto.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588405

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

938) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

As condutas atentatórias ou incompatíveis com o decoro parlamentar poderão ser penalizadas com censura, verbal ou escrita, com suspensão de prerrogativas regimentais por até 6 meses, com suspensão do exercício do mandato por até 6 meses ou com perda de mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588406

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

939) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em caso de utilização de recursos públicos em desconformidade com os preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, as vantagens indevidas deverão ser integralmente ressarcidas ao erário, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588407

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

940) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Deputado poderá ser penalizado com censura verbal pelo Presidente da Câmara dos Deputados, ou de Comissão, na hipótese de perturbar a ordem das sessões da Câmara dos Deputados ou das reuniões de Comissão, ou na hipótese de praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588408

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

941) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Se um Deputado praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara dos Deputados ou desacatar outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ele poderá ser penalizado com censura escrita, aplicada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, por provocação da Mesa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2588409

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

942) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

A censura escrita será aplicada por solicitação do Presidente da Câmara dos Deputados ou de Comissão, nos casos de reincidência de condutas puníveis com a censura verbal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588410

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

943) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Antes de deliberar sobre a aplicação da sanção de censura escrita, o Deputado terá o prazo de 10 dias úteis para exercer seu direito de defesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588411

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

944) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Na hipótese de um Deputado usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento, ou de revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara dos Deputados ou Comissão hajam resolvido que devam ficar secretos, será aplicável uma penalidade de censura escrita.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588412

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

945) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Para a implementação da punição de suspensão de prerrogativas regimentais, será oferecido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar um projeto de resolução, sendo apreciado Plenário da Câmara dos Deputados, em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588413

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

946) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em relação ao processo para aplicação da penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais, ele será instaurado e o Presidente do Conselho designará relator, que não poderá pertencer ao mesmo Estado, ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do Deputado representado e, em caso de representação de iniciativa de Partido Político, não poderá pertencer à agremiação autora da representação. Em seguida, o Conselho promoverá a apuração dos fatos, com prazo de 10 dias úteis para defesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588414

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

947) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em relação ao processo para aplicação da penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais, o Conselho aprovará, ao final da investigação, parecer que poderá determinar o arquivamento da representação, poderá determinar a aplicação das sanções previstas, poderá propor aplicação de sanção menos grave ou até propor sanção mais grave.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588415

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

948) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

São passíveis de suspensão as prerrogativas de encaminhar discurso para publicação no Diário da Câmara dos Deputados e de ser designado relator de proposição em Comissão ou no Plenário. No entanto, não será possível suspender a prerrogativa do Deputado de usar a palavra em sessão, no horário destinado ao Pequeno ou Grande Expediente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588416

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

949) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Uma das prerrogativas que poderá ser suspensão para um Deputado é a de candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa, da Ouvidoria Parlamentar, da Procuradoria Parlamentar, de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão, ou de membro de CPI.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588417

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

950) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

É da Mesa da Câmara dos Deputados a competência para aplicação da penalidade de suspensão do exercício do mandato e de perda do mandato.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588418

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

951) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Fraudar o registro de presença às sessões ou às reuniões de Comissão e deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Deputado são alguns comportamentos que ensejam a punição de suspensão do exercício do mandato do Deputado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588419

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

952) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Na hipótese de suspensão do exercício do mandato superior a 60 dias, o suplente do parlamentar suspenso será convocado imediatamente após a publicação da resolução que decretar a sanção.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590181

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

953) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em relação ao processo disciplinar para suspensão ou perda do mandato, o Presidente do Conselho designará o relator do processo, tendo o Deputado acusado o prazo de 10 dias úteis para apresentar sua defesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590182

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

954) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em relação ao processo disciplinar para suspensão ou perda do mandato, o pronunciamento do Conselho pela inépcia ou falta de justa causa da representação será terminativo, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por 5% de seus membros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590183

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

955) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Em relação ao processo disciplinar para suspensão ou perda do mandato, uma vez apresentada a defesa pelo Deputado acusado, o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias no prazo improrrogável de 40 dias úteis, no caso de perda de mandato, e 30 dias úteis, no caso de suspensão temporária de mandato. Após esses prazos, proferirá parecer no prazo de 10 dias úteis.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590184

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

956) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Concluído o processo disciplinar para suspensão ou perda do mandato, o representado poderá recorrer contra quaisquer atos do Conselho ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Nesse caso, ele terá um prazo de 10 dias úteis e não haverá efeito suspensivo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590185

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

957) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

A partir da instauração de processo ético-disciplinar, nas hipóteses de suspensão de prerrogativas regimentais, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato, não poderá ser retirada a representação oferecida pela parte legítima.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590186

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

958) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O Deputado poderá constituir outro parlamentar para defendê-lo no processo disciplinar, desde que não integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590187

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

959) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados não poderão exceder o prazo de 30 dias úteis para deliberação pelo Conselho ou pelo Plenário da Câmara dos Deputados, na hipótese das penalidades de suspensão de prerrogativas regimentais ou de suspensão do exercício do mandato.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590188

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

960) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato não poderá exceder 90 dias úteis.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2590189

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

961) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

É assegurado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o pleno acesso, para fins de consulta, ao Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar disponibilizado pela Secretaria-Geral da Mesa, que traz diversos dados a respeito do desempenho das atividades parlamentares.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2590190

Tec Literal - AL (CAM DEP)/CAM DEP/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

962) Julgue o item a seguir de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Durante o exercício do mandato, em Comissão ou em Plenário, o Deputado é obrigado a apresentar declaração de impedimento para votar caso se inicie a apreciação de matéria que envolva direta e especificamente seus interesses patrimoniais. Além disso, para tomar posse no mandato, ele deverá apresentar autorização para acesso aos seus dados referentes às Declarações do Imposto de Renda Pessoa Física.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697398

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

963) O Deputado Federal XX, integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, foi acusado da prática de conduta atentatória ao decoro parlamentar, o que levou à instauração de processo disciplinar no âmbito da referida estrutura orgânica. Nesse caso, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- a) Em razão da presunção de inocência, o Deputado XX continuará a exercer suas funções no âmbito do referido Conselho.
- b) O Deputado XX pode ser afastado do referido Conselho, em caráter cautelar, por decisão da maioria absoluta do Plenário.
- c) A prova inequívoca da acusação constitui causa para o imediato afastamento do Deputado XX do referido Conselho, por decisão do Presidente do Conselho.
- d) A maioria absoluta dos membros do referido Conselho pode apresentar proposta de resolução, para que o Deputado XX seja cautelarmente afastado do Conselho até decisão final.
- e) Apenas a partir de proposta do Corregedor-Geral, o Deputado XX pode ser afastado de suas funções no referido Conselho, por decisão do Presidente desse órgão, o que deve perdurar até decisão final.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697486

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

964) O órgão competente, no âmbito da Câmara dos Deputados, após ampla apuração, constatou que Pedro, Deputado Federal, relatou matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de João, que contribuiu para o financiamento de sua campanha eleitoral.

Maria, relatora do caso no âmbito do órgão competente, recebeu a sugestão, de outros parlamentares desse órgão, de que o seu parecer indicasse a aplicação, a Pedro, da sanção de suspensão da prerrogativa de usar da palavra em sessão, no horário destinado ao Pequeno ou Grande Expediente, por 6 (seis) meses.

Após analisar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Maria concluiu corretamente que a sugestão apresentada é:

- a) Totalmente compatível com a sistemática vigente.
- b) Incompatível com a sistemática vigente apenas em relação ao tempo de suspensão sugerido.
- c) Totalmente incompatível com a sistemática vigente, pois a cassação da palavra é medida pontual, para ato e momento específicos, não figurando como sanção.
- d) Incompatível com a sistemática vigente apenas em relação à possibilidade de a conduta ilícita praticada ensejar a aplicação da suspensão, o que não é admitido nesse caso.
- e) Incompatível com a sistemática vigente apenas em relação à tese de que é ilícita a conduta de Pedro ao relatar projeto de interesse de pessoa física que financiou sua campanha.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697493

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

965) Joana, de nacionalidade brasileira, com setenta anos de idade e que não possuía título de eleitor, já que jamais se alistara eleitoralmente, irredimida com determinada conduta praticada pelo Deputado Federal Pedro, que poderia acarretar a perda do mandato desse parlamentar, encaminhou representação à Mesa da Câmara dos Deputados, na qual solicitou a apuração dos fatos e a punição do parlamentar.

À luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar, é correto afirmar que a Mesa deve:

- a) Indeferir liminarmente a representação, considerando a situação pessoal de Joana.
- b) Encaminhar a representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eximindo-se de emitir juízo de valor ao seu respeito.
- c) Conhecer a representação e emitir parecer, quer para arquivá-la, quer para enviá-la ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
- d) Determinar o processamento da representação, pois é reconhecida a legitimidade de qualquer cidadão, parlamentar ou partido político para ofertá-la.
- e) Encaminhar a representação ao Corregedor, que realizará a apuração inicial e emitirá parecer sobre o arquivamento ou o encaminhamento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697503

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

966)

Na reunião de apreciação do parecer do relator, originariamente apresentado em processo administrativo disciplinar em tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, os membros do colegiado deliberaram pela sua rejeição.

Considerando o procedimento a ser observado no âmbito do referido colegiado, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que:

- a) O processo deve ser arquivado independente do quórum de rejeição.
- b) Deve ser designado novo relator, a ser livremente sorteado entre os integrantes do colegiado.
- c) O processo deve ser arquivado se a rejeição tiver ocorrido pelo voto da maioria absoluta dos membros do colegiado.
- d) O processo deve ser arquivado, salvo se a Mesa da Câmara, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, decidir pela realização de nova apuração dos fatos.
- e) Deve ser designado novo relator, preferencialmente entre aqueles que, durante a discussão, foram contrários à posição do primeiro relator.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697507

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

967) O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar instaurou processo administrativo disciplinar em detrimento de Ana, Deputada Federal, pela suposta prática de conduta incompatível com o decoro parlamentar, pois, alegadamente, teria ela abusado das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional. Embora tenha recebido cópia da representação, Ana não apresentou defesa. Nesse caso, à luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar,

- a) Ana será processada à revelia, qualquer que seja a infração e a penalidade cominada.
- b) Ana será processada à revelia, salvo se a penalidade cominada à infração for a perda do mandato.
- c) A Mesa da Câmara nomeará defensor dativo para Ana, que terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa.
- d) O Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para Ana, que terá o prazo de cinco sessões para apresentar defesa.
- e) O Presidente da Câmara deve ser comunicado, cabendo-lhe nomear advogado dativo para Ana, que terá o prazo de duas sessões para apresentar defesa.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697515

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

968) Pedro, Deputado Federal, tomou conhecimento, de modo informal, da existência, no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de representação na qual era apontado como autor de condutas que, alegadamente, eram incompatíveis com o decoro parlamentar. As condutas descritas na representação eram as seguintes:

- I. Praticar ofensas físicas contra outro parlamentar nas dependências da Câmara;
- II. Perceber, em proveito próprio, no exercício de atividade parlamentar, vantagem econômica indevida; e
- III. Fraudar o andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado da deliberação.

Segundo o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, na perspectiva da classificação dos atos incompatíveis com o decoro parlamentar, é correto afirmar que:

- a) Todas as condutas descritas enquadram-se nessa espécie de ilícito.
- b) Apenas as condutas I e II enquadram-se nessa espécie de ilícito.
- c) Apenas as condutas II e III enquadram-se nessa espécie de ilícito.
- d) Apenas a conduta I enquadra-se nessa espécie de ilícito.
- e) Apenas a conduta III enquadra-se nessa espécie de ilícito.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2697520

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Processo Legislativo e Gestão/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

969) Maria, Deputada Federal, foi informada pelo partido político ao qual estava filiada de que ela teria celebrado acordo cujo objeto era a posse de suplente, o que afrontaria o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Sobre a conduta que é atribuída a Maria, à luz do arcabouço normativo do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente será apreciada mediante provas.
- b) Somente será apreciada após a autorização da Mesa.
- c) Somente será apreciada após a apreciação do Presidente da Câmara.
- d) Será apreciada mesmo que não sejam apresentadas provas nesse sentido.
- e) Somente será apreciada mediante autorização preliminar da maioria simples dos membros do Conselho.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2709014

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Contador/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

970) João, Deputado Federal, considerou que Pedro, também Deputado Federal, teria praticado conduta incompatível com o decoro parlamentar. Ao se inteirar a respeito da legitimidade para o requerimento de representação ao órgão competente, bem como em relação à autoridade ou órgão que deve aplicar eventual sanção de censura escrita, João concluiu corretamente, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que

- a) qualquer cidadão pode formular requerimento de representação, cabendo à Mesa a aplicação da sanção referida.
- b) qualquer parlamentar pode requerer a representação, cabendo ao Presidente da Câmara dos Deputados a aplicação da referida sanção.
- c) somente Deputados Federais podem requerer a representação, e a sanção referida, considerando a gravidade dos fatos, não é aplicável ao caso.
- d) apenas a Mesa da Câmara dos Deputados tem legitimidade para formular o requerimento de representação, cabendo ao Conselho de Ética a aplicação da referida sanção.
- e) qualquer Deputado Federal ou partido político com representação no Congresso Nacional pode formular o requerimento, cabendo ao Conselho de Ética a aplicação da referida sanção.

www.tecconcursos.com.br/questoes/2821659

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

971) Pedro, Deputado Federal, responde à representação, no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ter desferido socos e pontapés em João, também Deputado Federal, nas dependências da Câmara dos Deputados. As agressões ocorreram apenas porque este último parlamentar não lhe ceder a vez para se sentar no restaurante existente na Casa Legislativa. Irresignado com o ocorrido, João provocou a atuação do referido Conselho. À luz da sistemática estabelecida no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que a conduta de Pedro

- a) configura ato atentatório ao decoro parlamentar, sendo cominada a sanção de censura escrita, a ser aplicada pela Mesa.
- b) caracteriza ato incompatível com o decoro parlamentar, sendo cominada a sanção de perda do mandato, a ser aplicada pela Mesa.
- c) caso comprovada, pode acarretar a perda do mandato, sanção a ser aplicada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, que deliberará em escrutínio secreto.
- d) configura ato atentatório ao decoro parlamentar, sendo cominada a sanção de proibição de ingresso nas dependências da Câmara dos Deputados pelo período máximo de trinta dias.
- e) configura ato atentatório ao decoro parlamentar, sendo cominada a sanção de suspensão temporária do exercício do mandato, a ser aplicada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, que deliberará em escrutínio aberto.

www.teconconcursos.com.br/questoes/2821669

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

972) Pedro, Deputado Federal, respondia a processo administrativo disciplinar perante o órgão competente da Câmara dos Deputados, por ter sido acusado de receber vantagem indevida em razão do exercício da função. No curso do referido processo, Pedro decidiu renunciar ao mandato parlamentar.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- a) a renúncia é um direito subjetivo de Pedro, que acarretará a perda de objeto do processo.
- b) renúncia de Pedro, embora produza efeitos imediatos, não impedirá a conclusão do processo.
- c) Pedro está proibido de renunciar ao mandato nas circunstâncias indicadas na narrativa.
- d) a renúncia de Pedro terá seus efeitos suspensos até a deliberação final da Câmara dos Deputados.
- e) apenas se concluída a instrução do processo, a renúncia de Pedro não obstará sua apreciação pelo plenário da Câmara.

www.teconconcursos.com.br/questoes/2821671

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

973) João, Deputado Federal, foi acusado, perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de ter revelado, a terceiros, o conteúdo de deliberações que determinada Comissão Especial tinha resolvido que deveria ficar secreto. O Conselho recebeu a representação formulada e remeteu cópia a João, sendo fixado o prazo de três sessões ordinárias para apresentar sua defesa escrita e Indicar provas.

Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que

- a) o proceder do Conselho está certo.
- b) o prazo disponibilizado a João está errado, cabendo recurso para a Mesa da Câmara.
- c) o prazo disponibilizado a João está errado, cabendo recurso para a Comissão de Constituição e Justiça.
- d) o proceder do Conselho está errado, pois a defesa de João deveria ser apresentada ao fim da produção das provas contra ele.
- e) embora não haja incorreção no proceder do Conselho, João tem o direito subjetivo de dilatar o prazo de defesa por mais três sessões, caso o requeira antes de exaurido o prazo inicial.

www.teconconcursos.com.br/questoes/2821672

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

974) Maria, Deputada Federal, tinha conhecimento de que determinada matéria, a ser apreciada em Comissão Especial instituída no âmbito da Câmara dos Deputados, caso aprovada, traria direta e especificamente grandes benefícios patrimoniais para Joana, também Deputada Federal e que integra a referida Comissão. Em razão desse fato, no início dos trabalhos da Comissão, tornou públicas as informações de que dispunha e perguntou ao Presidente da Comissão se Joana não estaria impedida para votar.

À luz da sistemática estabelecida no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Presidente respondeu corretamente que

- a) o reconhecimento do impedimento de Joana deve ser objeto de provocação do legítimo interessado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não declarado de ofício pela referida Deputada.
- b) o impedimento de Joana estará configurado apenas se a matéria for discutida no âmbito de proposição de efeitos concretos, não se apresentar efeitos gerais e abstratos.
- c) como a atuação de Joana ocorrerá no âmbito de um órgão colegiado, com a apreciação de matéria essencialmente política, não há que se falar em impedimento.
- d) o impedimento está alicerçado em causas objetivas, que independem de qualquer juízo de valor, o que não se mostra presente na situação de Joana.
- e) caso a situação fática descrita por Maria efetivamente exista, Joana tem o dever de informá-la à Comissão, estando impedida de votar.

www.teconconcursos.com.br/questoes/2821681

FGV - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2023

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

975) Joana, Deputada Federal, sofreu representação, junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no qual se argumentava que ela teria apresentado, ao assumir o mandato, declaração falsa a respeito dos seus bens. Ao fim da apuração, constatou-se que a representação, que teve ampla divulgação na imprensa, fora apresentada de maneira leviana, pois Joana jamais fora proprietária ou possuidora, de maneira direta ou indireta, dos bens que lhe foram atribuídos.

À luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar, é correto afirmar que, após o indeferimento da representação,

- a) os autos do processo devem ser arquivados, fornecendo-se certidão de inteiro teor a Joana, para que adote as medidas de reparação que entenda cabíveis, ao órgão de comunicação da Câmara, para que divulgue o teor da decisão, e ao Presidente da Câmara para que proponha eventuais ações.
- b) os autos do processo devem ser encaminhados à Procuradoria Parlamentar, para a defesa da honra de Joana, com publicidade reparadora, além de promover, por meio de órgãos públicos e advogados, as medidas de reparação do dano sofrido.
- c) Joana deve ser cientificada, de modo que possa provocar a Procuradoria Parlamentar, que ajuizará as medidas de reparação que se fizerem necessárias, considerando a amplitude do dano causado.
- d) o Conselho deve cientificar a Mesa, para que adote as medidas necessárias à divulgação da decisão, além de promover as ações cabíveis à reparação do dano moral sofrido por Joana.
- e) o Presidente do Conselho apenas deve encaminhar cópias dos autos do processo ao Ministério Público, para fins de apuração da falsidade ideológica praticada pelo representante.

www.teconconcursos.com.br/questoes/252373

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área I/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

976) De acordo com as normas relacionadas ao decoro parlamentar exigido dos deputados federais, julgue o item seguinte.

Incidirá em quebra de decoro o parlamentar que fizer acordo com seu suplente com vistas a lhe viabilizar o exercício do mandato, desde que tal acordo comporte cláusula financeira.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/252374

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área VIII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

977) De acordo com as normas relacionadas ao decoro parlamentar exigido dos deputados federais, julgue o item seguinte.

Ocorre quebra de decoro quando o parlamentar desacata servidor da Câmara dos Deputados, mas não quando ele desacata outro deputado federal, em face da imunidade material.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/252375

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área VIII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

978) De acordo com as normas relacionadas ao decoro parlamentar exigido dos deputados federais, julgue o item seguinte.

O deputado federal deve respeitar as decisões tomadas legitimamente pelos órgãos da respectiva Casa, ainda que delas discorde, sob pena de incidir em quebra de decoro.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/252383

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área I/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

979) Considerando o disposto na CF e no Código de Ética acerca de ética parlamentar e considerando sua interpretação jurisprudencial, julgue o item subsequente.

Por se tratar de matéria afeta ao funcionamento interno da instituição, o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados deve ser veiculado mediante resolução.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/252395

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área VIII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

980) A respeito das disposições constitucionais e regimentais pertinentes à ética e ao decoro parlamentar, no âmbito da Câmara dos Deputados, julgue o item a seguir.

Deputado federal que alterar, durante o mandato, sua filiação partidária estará sujeito à perda de mandato, por ofensa ao decoro parlamentar.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/252399

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área I/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

981) A respeito das disposições constitucionais e regimentais pertinentes à ética e ao decoro parlamentar, no âmbito da Câmara dos Deputados, julgue o item a seguir.

O corregedor da Câmara dos Deputados tem direito a voz e voto nas sessões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/252400

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área VIII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

982) A respeito das disposições constitucionais e regimentais pertinentes à ética e ao decoro parlamentar, no âmbito da Câmara dos Deputados, julgue o item a seguir.

A abertura de processo disciplinar, no âmbito do Conselho de Ética, contra um de seus integrantes não implicará necessariamente seu afastamento desse conselho.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256077

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

983) Acerca do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD), julgue o próximo item.

Consoante o CEDP/CD, a infração consistente em receber dinheiro em razão da função, em esquema que viabilize o pagamento e o recebimento de vantagem indevida, tendo em vista a prática de atos de ofício, é punível com as penas de censura pública ou de suspensão do exercício do mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256078

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

984) Acerca do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD), julgue o próximo item.

Atentará contra o decoro parlamentar o deputado que deixar de observar intencionalmente seus deveres fundamentais, como, por exemplo, deixar de promover a defesa do interesse público e da soberania nacional. Nesse caso, a conduta somente será objeto de apreciação mediante a existência de provas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256079

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

985) Acerca do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD), julgue o próximo item.

É do entendimento do STF a possibilidade de compartilhamento dos dados obtidos mediante interceptação telefônica, judicialmente autorizada, para fins de subsidiar apurações de cunho disciplinar feitas pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256080

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

986) Acerca do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD), julgue o próximo item.

Consoante os termos do CEDP/CD, é obrigatório ao deputado apresentar à Mesa declaração de impedimento para votar, ao iniciar-se a apreciação de matéria que envolva os seus interesses patrimoniais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256082

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

987) Acerca do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD), julgue o próximo item.

Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar instaurar o processo disciplinar, proceder aos atos necessários à sua instrução e aplicar as penalidades de suspensão e perda do exercício de mandato.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/256083

CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/CAM DEP/Consultor Legislativo/Área XXII/2014

Legislação das Casas Legislativas - Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD)

988) Acerca do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP/CD), julgue o próximo item.

Decoro é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Já o decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer.

Certo

801) Certo	802) A	803) A	804) Errado	805) Errado	806) Certo	807) Certo
808) Certo	809) Errado	810) Errado	811) A	812) A	813) Certo	814) Errado
815) Errado	816) Certo	817) Certo	818) Certo	819) Certo	820) Errado	821) Errado
822) D	823) Errado	824) Certo	825) Certo	826) Certo	827) Certo	828) Errado
829) Certo	830) Errado	831) Certo	832) Errado	833) Errado	834) Certo	835) Errado
836) Certo	837) Errado	838) Certo	839) Certo	840) Certo	841) Certo	842) Certo
843) Errado	844) Errado	845) Certo	846) Certo	847) Errado	848) Errado	849) Certo
850) Certo	851) Certo	852) Certo	853) Certo	854) Certo	855) Certo	856) Certo
857) Errado	858) Certo	859) Certo	860) Certo	861) Certo	862) Errado	863) Errado
864) Certo	865) Certo	866) Errado	867) Errado	868) B	869) Errado	870) Errado
871) Errado	872) B	873) B	874) Certo	875) Certo	876) D	877) B
878) Errado	879) Certo	880) Certo	881) Errado	882) Certo	883) Certo	884) Certo
885) Errado	886) Errado	887) Certo	888) Errado	889) Errado	890) Certo	891) Certo
892) Certo	893) Certo	894) Errado	895) Certo	896) B	897) Errado	898) Certo
899) Errado	900) D	901) C	902) A	903) D	904) E	905) B
906) C	907) Errado	908) Certo	909) Certo	910) Errado	911) Certo	912) B
913) C	914) B	915) B	916) A	917) C	918) Certo	919) Certo
920) Certo	921) Errado	922) Certo	923) Certo	924) Errado	925) Certo	926) Certo
927) Errado	928) Certo	929) Errado	930) Certo	931) Errado	932) Certo	933) Errado
934) Certo	935) Errado	936) Certo	937) Errado	938) Certo	939) Certo	940) Certo
941) Errado	942) Certo	943) Errado	944) Errado	945) Certo	946) Certo	947) Certo
948) Errado	949) Certo	950) Errado	951) Certo	952) Errado	953) Certo	954) Errado
955) Certo	956) Errado	957) Certo	958) Certo	959) Errado	960) Certo	961) Certo
962) Certo	963) C	964) A	965) A	966) E	967) D	968) C
969) A	970) A	971) A	972) D	973) C	974) E	975) B
976) Certo	977) Errado	978) Certo	979) Certo	980) Errado	981) Errado	982) Certo
983) Errado	984) Certo	985) Certo	986) Certo	987) Errado	988) Certo	